

1ª Série do Ensino Médio

HISTÓRIA

01. A respeito da independência do Brasil, pode-se afirmar que:

- (A) consubstanciou os ideais propostos na Confederação do Equador;
- (B) instituiu a Monarquia como forma de governo, a partir de amplo movimento popular;
- (C) propôs, a partir das idéias liberais das elites políticas, a extinção do tráfico de escravos, contrariando os interesses da Inglaterra;
- (D) provocou, a partir da Constituição de 1824, profundas transformações na estruturas econômicas e sociais do País;
- (E) implicou a adoção da forma monárquica de governo e preservou os interesses básicos dos proprietários de terras e de escravos.

02. Ao proclamarem a sua independência, as colônias espanholas da América optaram pelo regime republicano, seguindo o modelo norte-americano. O Brasil optou pelo regime monárquico:

- (A) pela grande popularidade desse sistema de governo entre os brasileiros;
- (B) porque a República traria forçosamente a abolição da escravidão, como ocorreria quando da proclamação da independência dos Estados Unidos;
- (C) como consequência do processo político desencadeado pela instalação da Corte portuguesa na colônia;
- (D) pelo fascínio que a pompa e o luxo da Corte monárquica exerciam sobre os colonos;
- (E) em oposição ao regime republicano português implantado pelas Cortes.

03. A concretização da emancipação política do Brasil, em 1822, foi seguida de divergências entre os diversos setores da sociedade, em torno do projeto constitucional, culminando com o fechamento da Assembléia Constituinte.

Assinale a opção que relaciona corretamente os preceitos da Constituição Imperial com as características da sociedade brasileira:

- (A) A autonomia das antigas Capitanias atendia aos interesses das oligarquias agrárias.
- (B) O Poder Moderador conferia ao Imperador a proeminência sobre os demais Poderes.
- (C) A abolição do Padroado, por influência liberal, assegurou ampla liberdade religiosa.
- (D) A abolição progressiva da escravidão, proposta de José Bonifácio, foi uma das principais razões da oposição ao Imperador D. Pedro I.
- (E) A introdução do sufrágio universal permitiu a participação política das camadas populares, provocando rebeliões em várias partes do país.

04. **"Confederação do Equador: Manifesto Revolucionário**

Brasileiros do Norte! Pedro de Alcântara, filho de D. João VI, rei de Portugal, a quem vós, após uma estúpida condescendência com os Brasileiros do Sul, aclamastes vosso imperador, quer descaradamente escravizar-vos. Que desaforado atrevimento de um europeu no Brasil. Acaso pensará esse estrangeiro ingrato e sem costumes que tem algum direito à Coroa, por descender da casa de Bragança na Europa, de quem já somos independentes de fato e de direito? Não há delírio igual (...)."

(Ulysses de Carvalho Brandão. A Confederação do Equador. Pernambuco: Publicações Oficiais, 1924)

O texto dos Confederados de 1824 revela um momento de insatisfação política contra a:

- (A) extinção do Poder Legislativo pela Constituição de 1824 e sua substituição pelo Poder Moderador;
- (B) mudança do sistema eleitoral na Constituição de 1824, que vedava aos brasileiros o direito de se candidatar ao Parlamento, o que só era possível aos portugueses;
- (C) atitude absolutista de D. Pedro I, ao dissolver a Constituinte de 1823 e outorgar uma Constituição que conferia amplos poderes ao Imperador;
- (D) liberalização do sistema de mão-de-obra nas disposições constitucionais, por pressão do grupo português, que já não detinha o controle das grandes fazendas e da produção de açúcar;
- (E) restrição às vantagens do comércio do açúcar pelo reforço do monopólio português e aumento dos tributos contidos na Carta Constitucional.

05. A Independência do Brasil despertou interesses conflitantes tanto na área econômica quanto na área política. Qual das alternativas apresenta esses conflitos?

- (A) Os interesses econômicos dos comerciantes portugueses se chocaram com o "liberalismo econômico" praticado pelos brasileiros e subordinado à hegemonia da Inglaterra.
- (B) A possibilidade de uma sociedade baseada na igualdade e na liberdade levou a jovem nação a abolir a escravidão.
- (C) As colônias espanholas tornaram-se independentes dentro do mesmo modelo brasileiro: Monarquia absolutista.
- (D) A Guerra da Independência dividiu as províncias brasileiras entre o "partido português" e o "partido brasileiro", levando as Províncias do Grão-Pará, Maranhão, Bahia e Cisplatina a apoiarem, por unanimidade, a Independência.
- (E) Os republicanos, os monarquistas constitucionalistas e os absolutistas lutaram lado a lado pela Independência, não deixando que as suas diferenças dificultassem o processo revolucionário.

06. A Confederação do Equador, em 1824, se caracterizou como um movimento de:

- (A) emancipação política de Portugal;
- (B) oposição à Abertura dos Portos;
- (C) garantia à política inglesa;
- (D) apoio aos atos do Imperador;
- (E) reação à política imperial.

07. O reconhecimento da independência brasileira por Portugal foi devido principalmente:

- (A) à mediação da França e dos Estados Unidos e à atribuição do título de Imperador Perpétuo do Brasil a D. João VI;
- (B) à mediação da Espanha e à renovação dos acordos comerciais de 1810 com a Inglaterra;
- (C) à mediação de Lord Strangford e ao fechamento das Cortes Portuguesas;
- (D) à mediação da Inglaterra e à transferência para o Brasil de dívida em libras contraída por Portugal no Reino Unido;
- (E) à mediação da Santa Aliança e ao pagamento à Inglaterra de indenização pelas invasões napoleônicas.

08. São fatores que levaram os EUA a reconhecerem a independência do Brasil em 1824:

- (A) Doutrina Monroe (América para os americanos) e os fortes interesses econômicos emergentes nos EUA;
- (B) a aliança dos capitais ingleses e americanos interessados em explorar o mercado brasileiro e a crescente expansão do mercado da borracha;
- (C) a indenização de 2 milhões de libras pagos pelo Brasil ao governo americano e a Doutrina Truman;
- (D) a subordinação econômica à Inglaterra e o interesse de aliar-se ao governo constitucional de D. João VI;
- (E) a identificação com a forma de governo adotada no Brasil e interesses coloniais comuns.

09. O processo de independência do Brasil caracterizou-se por:

- (A) ser conduzido pela classe dominante que manteve o governo monárquico como garantia de seus privilégios;
- (B) ter uma ideologia democrática e reformista, alterando o quadro social imediatamente após a independência;
- (C) evitar a dependência dos mercados internacionais, criando uma economia autônoma;
- (D) grande participação popular, fundamental na prolongada guerra contra as tropas metropolitanas;
- (E) promover um governo descentralizado e liberal através da Constituição de 1824.

10. A Constituição imperial brasileira, promulgada em 1824, estabeleceu linhas básicas da estrutura e do funcionamento do sistema político imperial, tais como o(a):

- (A) equilíbrio dos poderes com o controle constitucional do Imperador e as ordens sociais privilegiadas;
- (B) ampla participação política de todos os cidadãos, com exceção dos escravos;
- (C) laicização do Estado por influência das idéias liberais;
- (D) predominância do poder do imperador sobre todo o sistema através do Poder Moderador;
- (E) autonomia das Províncias e, principalmente, dos Municípios, reconhecendo-se a formação regionalizada do país.

11. No Brasil, durante o Primeiro Reinado, a situação financeira era precária, pelo fato de que:

- (A) o comércio de importação entrou em colapso com a vinda da Família Real (1808);
- (B) os Estados Unidos faziam concorrência aos nossos produtos, especialmente o açúcar;
- (C) os principais produtos de exportação – açúcar e algodão – não eram suficientes para o equilíbrio da balança comercial do país;
- (D) o capitalismo inglês se recusava a fornecer empréstimos para a agricultura;
- (E) o sistema bancário era praticamente inexistente, só tendo sido fundado o Banco do Brasil em 1850.

12. Assinale a opção que apresenta um fato que caracterizou o processo de reconhecimento da Independência do Brasil pelas principais potências mundiais:

- (A) reconhecimento pioneiro dos Estados Unidos, impedindo a intervenção da força da Santa Aliança no Brasil;
- (B) reconhecimento imediato da Inglaterra, interessada exclusivamente no promissor mercado brasileiro;
- (C) desconfiança dos brasileiros, reforçada após o falecimento de D. João VI, de que o reconhecimento reunificaria os dois reinos;
- (D) reação das potências européias às ligações privilegiadas com a Áustria, terra natal da Imperatriz;
- (E) expectativa das potências européias, que aguardavam o reconhecimento de Portugal, fiéis à política internacional traçada a partir do Congresso de Viena.

13. Podemos afirmar que tanto na Revolução Pernambucana de 1817, quanto na Confederação do Equador de 1824:

- (A) o descontentamento com as barreiras econômicas vigentes foi decisivo para a eclosão dos movimentos;
- (B) os proprietários rurais e os comerciantes monopolistas estavam entre as principais lideranças dos movimentos;
- (C) a proposta de uma República era acompanhada de um forte sentimento antilusitano;
- (D) a abolição imediata da escravidão constituía-se numa de suas principais bandeiras;
- (E) a luta armada ficou restrita ao espaço urbano de Recife, não se espalhando pelo interior.

14. No tocante à economia açucareira do Brasil, ao longo do século XIX, podemos afirmar que:

- (A) praticamente desapareceu, pois o café se tornou o produto quase exclusivo das exportações;
- (B) regrediu consideravelmente devido à concorrência norte-americana e à introdução do açúcar de beterraba na Europa;
- (C) conheceu um relativo renascimento, graças ao fim da exploração em grande escala de metais preciosos que drenava todos os recursos;
- (D) ficou estagnada, acompanhando o baixo nível das atividades econômicas em declínio após o fim da exploração de metais preciosos em grande escala;
- (E) regrediu consideravelmente devido à concorrência antilhana e à introdução de açúcar de beterraba na Europa.

15. Sobre a dívida externa do Brasil independente, é certo afirmar que começou a ser contraída:

- (A) nos primeiros anos da República, por iniciativa do Ministro da Fazenda Ruy Barbosa, preocupado com a escassez monetária;
- (B) por ocasião da Guerra do Paraguai, para financiar os enormes gastos decorrentes do conflito;
- (C) logo após a Independência, destinando-se o primeiro empréstimo a indenizar Portugal pela perda da colônia;
- (D) quando se implantaram os primeiros planos de valorização do café, a partir do convênio firmado em Taubaté, em 1906;
- (E) logo após a Revolução de 1930, a fim de se enfrentar o abalo financeiro resultante da crise de 1929.